CPI da dívida aumenta tensão

DÍVIDA EXTERNA

JOÃO EMILIO FALCÃO

Da Editoria de Política

Os presidentes do PDS e do PMDB, senador José Sarney (MA) e Ulysses Guimarães (SP), mantiveram, às 19h de ontem, o primeiro contato para encontrar uma fórmula que impeça o agravamento das tensões políticas, em consequência da escolha de um opositor para presidir a CPI da Câmara sobre a dívida externa, que se instala amanhã, às 11 h.

Esse rompimento, ocorrido pela manhã, aumentou a tensão entre o PMDB e o PDS, que já está grave devido às discussões em torno do Decreto-lei 2.045, que modifica a sistemática de reajuste dos salários, lido ontem na sessão vespertina do Congresso Nacional.

O PDS, da Câmara, acha que foi traído com a quebra de tradição parlamentar — a minoria fica com o Presidente da Comissão e a maioria com o relator — e propõe que o PDS adote o mesmo tratamento no Senado e na composição das Comissões Mistas, onde os pedessistas têm maioria. A primeira consequência seria a indicação de um senador do PDS para presidir a Comissão Mista do 2.045, cargo para o qual já havia sido indicado o senador Severo Gomes (PMDB-SP).

Os líderes do PDS acreditam que o presidente Ulysses Guimarães encontrará uma solução capaz de evitar um denso confronto na Câmara e, naturalmente no Congresso, o que agravaria o momento político, considerado muito delicado por vários parlamentares.

O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, disse ontem que o Decreto-lei 2.045 foi imposto pelas circunstâncias e o Governo não adotaria a restrição salarial se houvesse qualquer outra fórmula para superar a crise financeira. O Governo sabe que o remédio é amargo, mas acredita que, com seus argumentos, poderá convencer os congressistas de sua necessidade, levando-os a aprovarem o 2.045.

CLAREZA

Autor do requerimento de convocação do ministro Delfim Netto, do Planejamento, para que compareça à bancada do PDS, o deputado José Thomaz Nonô (PDS-AL); um dos líderes do Participação, pretende obter as seguintes explicações:

1) — números que comprovem a necessidade do 2.045,

evitando-se as declarações genéricas. Ou seja, quer saber porque o 2.045 é a única fórmula para a economia nacional superar a crise existente; 2) quais as medidas que serão adotadas para amparar as camadas mais pobres até que comecem a aparecer os resultados esperados pelo Governo; 3) e o que será feito em relação ao Nordeste, que se encontra no quinto ano consecutivo de seca e onde 90% da força de trabalho são atingidos pelo 2.045.

Lembra Thomaz Nonô que os argumentos do ministro Delfim Netto têm de ser muito claros porque só neste ano foram baixados dois decretos-leis restritivos aos trabalhadores e que não deram resultado.

ESPERANÇAS

O comparecimento do ministro Delfim Netto à bancada deverá ser na próxima terça ou quarta-feira. O regulamento de debates está sendo preparado pelo deputado Nonô, a pedido da liderança do PDS. Os deputados poderão discutir livremente com o ministro Delfim Netto, cabendo-lhes, inclusive, a réplica e a tréplica.

O líder do PDS na Câmara, deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), está convencido de que a presença do ministro do Planejamento permitirá uma análise "profunda e esclarecedora do 2.045". Inicialmente o ministro deveria comparecer à reunião conjunta das bancadas do PDS na Câmara e no Senado, mas ontem ficou resolvido que o debate será em duas oportunidades.

"É claro que os senadores e deputados não terão limitações para participar de qualquer um dos encontros. Nós achamos que seria melhor fazermos duas reuniões em vez de uma para que o debate seja mais profundo" — esclareceu Marchezan.

FUNDAMENTAL

O relator do 2.045, deputado Nilson Gibson (PDS-PE), lembrou ontem que este decreto foi referendado por todo o Conselho de Segurança Nacional mostrando que o Presidente da República tem o necessário apoio militar.

Acha imprescindível que seja dado "um crédito de confiança ao Governo Federal, com a aprovação do 2.045, seja pelo decurso de prazo, seja pela votação nominal". Propõe, inclusive, um amplo diálogo com todos os partidos para que se con-

siga a aprovação deste decreto, que considera fundamental.

A Comissão Mista que o examinará deverá ser instalada amanhã. O relator terá 20 dias, contados a partir de ontem, para dar seu parecer, mas Nilson Gibson se considera em condições de apresentá-lo no momento em que o Governo quiser. "Basta que me dêem um dia ou dois para redigir o parecer", afirma.

CHOQUE

O líder do PDS na Câmara, deputado Nelson Marchezan, lamentou ontem que o PMDB esteja radicalizando suas posições na Câmara. Ele estava profundamente irritado com a decisão opositorista de eleger o presidente da CPI da Câmara sobre a dívida externa, instalada ontem de manhã.

Recordou Marchezan que havia uma tradição de que a maioria parlamentar indicasse o relator e a minoria o presidente das Comissões. Não adianta a minoria indicar o relator porque suas propostas, sejam quais forem, serão derrubadas pela maioria. Citou como exemplo do comportamento que o PDS (a Arena) sempre adotou a indicação do ex-senador Teotônio Vilela, do PMDB, para presidir a Comissão Mista que apreciou o projeto de antiaia.

A quebra da tradição pelo PMDB foi, no entender do líder do PDS, um ato de hostilidade e fez com que a CPI da dívida externa se tornasse facciosa, pois, representará apenas a Oposição. A decisão de Marchezan foi de retirar todos os seus representantes e de adotar o mesmo comportamento em toda CPI em que as Oposições desejarem ficar com o presidente e o relator.

REAÇÃO

Na tarde de ontem Marchezan reuniu-se com o presidente do PDS, senador José Sarney (MA), e o líder do Governo no Senado, Aloysio Chaves (PA), para discutirem as consequências do ato do PMDB na Câmara. O PDS é amplamente majoritário no Senado, onde poderá alinhar o PMDB de algumas posições.

Nas Comissões Mistas o PDS é, também, maioria porque tem sete senadores contra quatro das Oposições. Entre os 11 deputados, cinco são do PDS e seis das Oposições. Em consequência, o PDS pode eleger nas Comissões Mistas o presidente e o relator.

A Comissão Mista do 2.045 será composta dos seguintes parlamentares:

Senadores — PDS: José Lins (CE), Virgílio Távora (CE), Jorge Kalume (AC), Almir Pinto (CE), Lourival Batista (SE), Marcondes Gadelha (PB) e Gabriel Hermes (PA); PMDB: Pedro Simon (RS), Hélio Gueiros (PA), Severo Gomes (SP) e Afonso Camargo (PR).

Deputados — PDS: Joacil Pereira (PB), Darcílio Ayres (RJ), Nilson Gibson (PE), Djalma Bessa (BA) e João Batista Fagundes (RO); PMDB: Ralph Biasi (SP), Jorge Uequed (RS), Freitas Nobre (SP); PTB: Ivete Vargas (SP); PDT: Bocaiuva Cunha (RJ); PT: Airton Soares (SP). Os quatro últimos são os líderes de seus partidos.